

Editorial

Iniciamos a 28ª Edição da Revista UNIVERSITAS com *Planejamento tributário na incidência dos impostos indiretos na operação de venda do Estado de São Paulo para a Zona Franca de Manaus: um estudo de caso com profissionais da área tributária da região da Baixada Mogiana*, que tem como objetivo identificar as dificuldades que os profissionais da área tributária encontram para conseguir efetuar a operação de modo que se cumpram todos os requisitos da legislação vigente.

Requalificação da área do Centro de Saúde de Mogi Mirim: quando a demolição não é uma agressão tem como propósito apresentar a reflexão sobre a conservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, assim como estudo realizado por um grupo da comunidade para resgatar a memória por meio da implantação de um espaço multicultural em uma área degradada e sem uso.

Dano ao erário público, a relação jurídica prescricional e o entendimento jurisprudencial tem por objetivo demonstrar que as ações ajuizadas fora do prazo mencionado na Lei de Improbidade Administrativa (LIA) estariam, em tese, alcançadas pela prescrição, com respaldo no princípio da segurança jurídica.

Os prejuízos da Lei 13.467/2017 para o acesso pelo trabalhador à jurisdição trabalhista analisa os efeitos da chamada Reforma Trabalhista sobre a garantia constitucional do amplo acesso à justiça, à luz dos princípios

do direito do trabalho, para demonstrar que foi prejudicada pelas recentes mudanças legislativas.

A discussão acerca da (Im)possibilidade de execução provisória da pena à luz do princípio da presunção da inocência discute, à luz do princípio da presunção da inocência e dos mais recentes posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais a respeito do tema, se seria possível dar início à execução provisória da pena privativa de liberdade antes de ter ocorrido o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

A aplicação dos dispositivos pertinentes à justiça gratuita diante de sua natureza bifronte ou híbrida. Intertemporalidade. Instrução normativa Nº 41/2018 do TST. Segurança jurídica estuda um dos aspectos do dissenso de interpretação gerado pela nova lei, notadamente no campo do processo do trabalho, que é o da intertemporalidade de sua aplicação em matéria de gratuidade processual. A polêmica jurídica passa pela natureza híbrida ou bifronte do instituto da Justiça Gratuita, o que demanda atenção especial para a aplicação no tempo da nova lei processual. Para tanto, serão considerados os ditames da Instrução Normativa nº 41/2018 do Tribunal Superior do Trabalho, que se balizaram pelo primado da segurança jurídica, ao estabelecer parâmetros para a interpretação da alteração legislativa em estudo nas reclamações trabalhistas.

A análise discursiva de uma carta e seu lugar de memória aborda as formas e estratégias discursivas da comunidade caiçara de Trindade-Paraty (Rio de Janeiro), por meio da análise Bakhtiniana de um texto escrito pelos nativos desta comunidade na década de 70, em que houve um enfrentamento de uma crise relativa ao território pela especulação imobiliária.